

Programa Universidade para todos (Prouni): política pública afirmativa ou mecanismo de consolidação do setor privado na educação superior brasileira

Jordanna Maria Nunes Costa¹

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

e-mail: jordannacosta@yahoo.com.br

Jesse Rodrigues Ferreira²

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

e-mail: provedorjesse@hotmail.com

Resumo

O Programa Universidade para Todos (Prouni), criado pelo governo federal em 2004, oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Nesse sentido, o presente artigo traz à tona a discussão acerca da solidez e dos resultados do programa e divide-se em três momentos: no primeiro, traz a trajetória histórica da construção dessa política pública; no segundo, aborda a estratégia e a articulação do setor público com a rede de ensino da educação superior, em sua nova configuração de conglomerados financeiros educacionais, tendo em vista as diretrizes de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI); e, no terceiro, discute a relação do Prouni com os programas correlatos com o acesso e a permanência na educação superior – Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Programa Financiamento Estudantil (FIES).

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais da Universidade de Brasília [UnB]. Servidora pública federal, no cargo de Especialista em Financiamento de Programas e Projetos Educacionais, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais da Universidade de Brasília [UnB]. Servidor público federal, no cargo de Especialista em Financiamento de Programas e Projetos Educacionais, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com lotação na Divisão de Controle Interno, da Auditoria (DICIN/COUAD/AUDIT/FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Palavras-chave: Programa Universidade para Todos, conglomerados financeiros educacionais, ENEM, FIES.

Abstract

The University for All Program (Prouni), created by the federal government in 2004, provides full scholarships and partial in private institutions of higher education in undergraduate and sequential specific training, the Brazilian students, without a college degree. Accordingly, this article brings up the discussion of robustness and performance of the program and is divided into three stages: in the first, brings the historical trajectory of the construction of this public policy, in the second discusses the strategy and joint sector with the public school system of higher education in their new setting educational conglomerates in view the guidelines of international organizations like the World Bank (WB) and International Monetary Fund (IMF) and the third discusses the relationship Prouni with the programs related to access and remain in higher education - National Secondary Education Examination (ENEM) and Student Financing program (FIES).

Keywords: brazilian higher education, student financing, financial conglomerates educational, international organizations.

Introdução

O acesso e a permanência no ensino superior, bem como o fluxo, a aprendizagem, a formação de professores representam um grande desafio educacional, político, econômico e cultural para a sociedade brasileira, a qual, embora não se sinta parte do processo, entende a educação superior como um caminho para o amadurecimento pessoal e profissional do aluno, o desenvolvimento intelectual, científico e tecnológico do país, sobretudo, para emancipação humana.

O número de ingressantes em um curso superior no Brasil ainda é bastante reduzido, comparado à quantidade de concluintes do ensino médio. Nesse sentido, esse fato implica uma postura do Estado, traduzida em forma de política afirmativa voltada ao acesso à educação superior. Assim, surge o Programa Universidade para Todos (Prouni), que alinha a ociosidade de vagas nas instituições de ensino superior (IES) privadas à demanda de alunos de baixa renda, sem graduação, por acesso à educação superior, sob a perspectiva das diretrizes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e com suporte financeiro do Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

Desse modo, compreender o processo de formulação, implementação e avaliação da política pública de acesso ao ensino superior requer, por parte de seus estudiosos, maturidade política, econômica, social, cultural, a fim de perceber no contexto histórico-social aspectos que indiquem o alcance dos objetivos do programa e, por conseguinte, os resultados sociais de tal política.

Assim, o presente artigo subdivide-se em três momentos: no primeiro, traça-se a trajetória histórica da educação superior no Brasil, a partir do primeiro governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), direcionando para construção do Prouni; no segundo, aborda-se a estrutura e o funcionamento do programa, bem como sinaliza a estratégia e a articulação do setor público com a rede de ensino da educação superior, em sua nova configuração de conglomerados financeiros educacionais, tendo em

vista os apontamentos de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI); e, no terceiro, discussão diz respeito ao financiamento público em entidades privadas e à relação do Prouni com o ENEM e com o FIES.

1. Educação Superior no Brasil: um breve histórico

A universalização da educação básica ainda não está consolidada no Brasil e a realidade educacional pública brasileira está longe dos níveis internacionais de qualidade. Assim, se a educação básica não assiste a todos que a ela têm direito o que dizer da educação superior?

No início da década de 1990, o Brasil foi considerado um dos sete países em piores condições educacionais, haja vista os dados estatísticos apresentados: baixo índice de escolarização básica na faixa etária de 7 a 14 anos, baixo índice de matrículas no ensino médio, alta taxa de evasão e repetência escolar em todos os níveis de ensino, baixo nível de matrícula no ensino superior, atendimento pouco expressivo na pré-escola e alta taxa de analfabetismo, com baixa escolaridade de jovens e adultos, considerada a faixa de idade igual ou superior a 15 anos (Arelaro, 2005, p. 36).

Nesse sentido, percebe-se que a redução do número de estudantes que prosseguem os estudos, ou seja, a quantidade de alunos que ingressam no ensino superior é pouco significativo comparado ao número de estudantes que entram na educação básica. Os motivos para a desistência dos estudos são diversos, um dos principais é a precoce inserção no mercado de trabalho para aumento da renda familiar. Dessa forma, percebe-se a relevância de o Estado priorizar a consolidação de políticas afirmativas, com base na noção de igualdade e isonomia, isso porque diante da diversidade cultural e social do país, alguns segmentos da sociedade, como mulheres, negros, pobres, por vezes, não têm igualdade de direitos e oportunidades.

Anos mais tarde, o mercado exige mais formação, qualificação desse profissional, o que somente ocorre por meio do estudo, e, para não ficar à margem, o jovem busca concluir a educação básica e ingressar na universidade. Mas como fazê-lo se não pode pagar pela

graduação numa instituição de ensino privada, tampouco deixar de trabalhar para se dedicar aos estudos preparatórios para um curso numa universidade pública?

Brandão (2005, p. 70) explica que a educação brasileira atingiu novo patamar a partir de 1995, na gestão do ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso (FHC), haja vista a aprovação de um conjunto de medidas legislativas, normativas e regulamentadoras, na tentativa de modificar a política educacional brasileira. No âmbito da educação superior, em 1995, por meio da Lei nº 9.131, foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE) e instituído o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão³, e a lei n.º 9.192, que modificou o processo de escolha dos dirigentes universitários⁴. Em 1996, criou-se a Lei n.º 9.394/96, que definiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); e, em 2001, aprovou-se a lei n.º 10.172/01, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE).

Todavia, essas novas medidas não contribuíram para a melhoria da qualidade dos cursos de nível superior, uma vez que não houve ruptura com os antigos modelos de atuação: o CNE, criado para moralizar os processos de autorizações para abertura e reconhecimento de novos cursos, e credenciamento de novas faculdades e universidades, em pouco foi acusado de balcão de negócios⁵, a exemplo do Conselho Federal de Educação; após a aplicação do Provão de 1996 a 2002, e apesar de diversos cursos e instituições terem obtidos as piores notas, consecutivamente por vários anos, especialmente cursos oferecidos por instituições privadas, nenhum (público ou privado) foi fechado pelo CNE, pelo contrário, houve um aumento de cursos superiores privados em 160% e públicos em 86%, de 1995 a 2002, gestão FHC (Brandão, 2005, p. 71).

A modernização administrativa ligada aos princípios neoliberais daria nova roupagem à visão efficientista e produtivista dos anos 60. Novos conceitos foram introduzidos à agenda de reformas: avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização, privatização. Uma das principais críticas do governo FHC é a

³ Finalidade: avaliar os cursos superiores de instituições públicas e privadas e extinguir aqueles que apresentassem maus resultados.

⁴ O voto dos docentes passou a ter o peso de 70% em qualquer processo de escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior, e instituiu a votação uninominal.

ineficiência da universidade pública e sua inadequação ao mercado de trabalho, como resultado do modelo concebido pela Reforma Universitária de 1968, que estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Carvalho, 2006).

Nesse contexto, o Banco Mundial entende que a educação superior não constitui, necessariamente, um serviço público (um dever do poder público), mas sim um serviço que pode (e deve) ser oferecido e regulado pela iniciativa privada (Brandão, 2005, p. 75). Essa visão é compartilhada por FHC quando propõe o enxugamento da máquina estatal e privatização de bens e serviços em que a reforma do Estado é entendida como superação de visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista por meio da transferência da produção de bens e serviços à sociedade, à iniciativa privada (Cardoso, 1998, p. 15). E, também por Bresser Pereira, ao advogar mudanças nas formas de organização e gestão do Estado por meio de uma administração pública gerencial que balize como setores do Estado moderno “o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado” (Bresser Pereira & Sprink, 1998, p. 33). Assim, para o autor, a saúde, a educação, a cultura e a pesquisa científica compõem, nesse projeto, o setor de serviços não-exclusivos, os quais o “Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público nãoestatal (‘não-governamental’)” (Bresser Pereira & Sprink, 1998, p. 33).

A evolução das matrículas nos cursos superiores particulares apresentou trajetória ascendente nos governos de FHC, sobretudo, a partir de 1998. No entanto, a alternativa privada - exaltada pelo BIRD como solução mais eficiente para a expansão acelerada na oferta de vagas – tem encontrado limites estruturais no poder aquisitivo de sua clientela (Corbucci, 2002). Principalmente, quando se considera restrições econômicas características dos anos 1990, tais como o baixo e oscilante crescimento econômico e suas conseqüências mais perversas - desemprego e queda na renda real média (com exceção dos primeiros anos do Plano Real⁶) (Carvalho, 2006, p. 5).

⁵ Diversas instituições privadas de ensino superior conseguiam autorizações para abertura e reconhecimento de novos cursos, e credenciamento de novas faculdades e universidades, de maneiras pouco ortodoxas (Brandão, 2005, p. 71).

⁶ Foi o mais amplo plano econômico já realizado no Brasil e tinha como objetivo principal o controle da hiperinflação que assolava o país. Lançado em junho de 1994, quando a inflação do mês chegou a 46,58%.

Assim, percebe-se que, no período de 1995 a 2002, houve significativo aumento do número de cursos superiores (públicos e privados), da legislação normativa e regulamentadora pertinente a essa etapa de ensino, mas o que dizer do acesso e permanência dos alunos no ensino superior, se este era (e ainda é) privilégio de poucos? A quem atingia a política educacional expansionista do ensino superior na gestão FHC?

Nesse sentido, vale ressaltar que o “não se sujeitar significa que diferentes culturas se interpenetram, aproximam-se, separam-se e vão fazendo e tecendo o movimento da história” (Filice, 2011, p. 163). Daí a importância de se considerar no contexto da política afirmativa de acesso ao ensino superior o aspecto cultural do público-alvo nos cenários global e local, a fim de consolidar a política, visando à unidade e à diversidade dos sujeitos envolvidos no processo.

2. Programa Universidade para todos (Prouni): estrutura e funcionamento

Nesse sentido, na perspectiva de democratizar o acesso de alunos de baixa renda ao tão almejado ensino superior, mas não de romper com as orientações dos organismos internacionais, tampouco com os interesses capitalistas do mercado de instituições privadas de ensino superior, surge o Programa Universidade para todos (Prouni), criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, durante o primeiro mandato da gestão do ex-presidente da República do Brasil Luís Inácio Lula da Silva.

O programa sofreu diversas alterações em sua formulação, desde o anúncio oficial de que o projeto de lei seria encaminhado ao Parlamento, em 13 de maio de 2004, até a versão definitiva da lei, geralmente, para atender às reivindicações das Instituições de Ensino Superior (IES) particulares e beneficente.

Desse modo, faz-se necessário salientar o conceito que “política pública é a ação do Estado que nasce dentro do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja ela econômica ou social” (Bonetti, 1998, p. 21). A política social do governo federal de acesso ao ensino superior tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e

A idealização do projeto, a elaboração das medidas do governo e a execução das reformas econômica e monetária contaram com a contribuição de vários economistas

sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior a alunos que não possuam diploma universitário, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao programa. Diante de tal logística de financiamento, o Prouni consiste numa política social ou de mercado?

O Prouni dirige-se aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública havendo reserva de vagas para autodeclarados indígenas, pardos ou negros, com percentual no mínimo igual ao de cidadãos assim autodeclarados no respectivo Estado, de acordo com o último censo disponível do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brandão, 2005, p. 78) ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos⁷, a professores da rede pública de ensino no efetivo exercício do magistério da educação básica para os cursos de licenciatura e para estudantes portadores de deficiências (Brasil, 2008). Nessa perspectiva, o Prouni prioriza a diversidade cultural do país, enxerga a diferença social existente e busca, mediante políticas afirmativas, dar mais oportunidades a quem, de fato e de direito, sempre recebeu menos do Estado.

O programa dispõe de um sistema informatizado e impessoal (Sisprouni), que confere transparência e segurança ao processo de seleção, cujo critério consiste nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)⁸, o que permite valorizar por mérito os estudantes com melhor desempenho acadêmico (Brasil, 2008).

Em essência, o Prouni promove uma política pública de acesso – mas não de permanência – ao ensino superior, além de orientar-se pela concepção de assistência social, oferecendo benefícios e não propriamente direitos aos egressos do ensino médio público. Ademais, os cursos superiores ofertados nas IES privadas e filantrópicas são, muitas vezes, de qualidade questionável e voltados apenas às demandas imediatas do mercado (Catani & Gilioli, 2005, p. 56).

Nessa perspectiva, percebe-se quão importante é o Estado investir em melhorias na qualidade do ensino na educação básica pública para, assim assegurar às IES alunos qualificados e à sociedade profissionais bem preparados. A base escolar apresentada pelos alunos egressos no ensino superior, sobretudo, os oriundos da rede pública de ensino, está

⁷ Em 2012, o salário mínimo brasileiro foi definido em R\$ 622, 00 (Seiscentos e vinte e dois reais).

⁸ Exame de função diagnóstica para políticas públicas educacionais (Lopes & López, 2010, p. 101).

além dos níveis necessários exigidos em um curso de graduação. Ou seja, um curso superior de odontologia, por exemplo, requer de seus alunos avançado domínio da disciplina de biologia, química, física, as quais, muitas vezes, foram ministradas de forma deficiente e insuficiente nas escolas públicas, deixando lacunas, às vezes irreversíveis, no aprendizado dos alunos.

A política pública de acesso ao ensino superior possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência⁹, o convênio de estágio MEC/CAIXA¹⁰ e com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% a parcela da mensalidade não coberta pela bolsa do programa (Brasil, 2008).

A bolsa de estudo do Prouni é um benefício concedido na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas e diz respeito à totalidade das semestralidades ou anuidades escolares. O Prouni não faz cobertura ou ressarcimento de mensalidades pagas pelo estudante em semestres anteriores ao da concessão da bolsa. A bolsa é um benefício concedido ao estudante pelo Governo Federal e não está condicionada a nenhuma forma de restituição monetária ao governo, ou seja, concluído o curso o bolsista não fica devendo nada aos cofres públicos.

Dessa forma, diante do que se propunha o Prouni: democratizar o acesso ao ensino superior, vale destacar que desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2012, o atendimento do programa já supera a marca de 1 milhão de estudantes, sendo 67% com bolsas integrais. Nesse momento, é importante analisar como ocorre o financiamento público de uma política pública em esfera privada.

3. Financiamento do Prouni: dinheiro público para capital privado?

⁹ A Bolsa Permanência é um benefício com o valor máximo equivalente ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica, destinada exclusivamente ao custeio das despesas educacionais de beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos – Prouni. (<http://siteprouni.mec.gov.br>).

¹⁰ Instituição financeira, sob a forma de empresa pública do governo federal brasileiro, com patrimônio próprio e autonomia administrativa com sede em Brasília (DF) e com filiais em todo o território nacional. É um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda do Brasil (www.caixa.gov.br).

O Programa Universidade para todos surge acompanhado de um discurso de justiça social, em um momento em que a política educacional expansionista do ensino superior da gestão FHC já estava posta. Desse modo, na era Lula não havia mais que se falar em expansão de matrículas, de cursos superiores e instituições particulares, haja vista o quadro de esgotamento do crescimento privado, mas de criar condições para a sustentação financeira dos estabelecimentos já existentes. Dessa forma, o Prouni surge como “oportunidade de *fuga para frente* para as instituições ameaçadas pelo peso das vagas excessivas, e, novamente, mantém-se o incentivo recomendado pelo BIRD à iniciativa privada”. (Carvalho, 2006, p. 8).

O Prouni estabelece ligação com o ENEM, pois trata-se de um instrumento utilizado pelas IES para efetivação do programa, e com o FIES, por se referir a um fundo que viabiliza a permanência dos beneficiários do Prouni na educação superior. Com a instituição, em 1998, em caráter facultativo, o Enem tomou vulto a partir de 2005, com a implementação da política educacional de ensino superior, que condicionou a concessão de bolsas em IES privadas à nota obtida no exame.

Com esta medida, o exame contou com cerca de 3 milhões de inscritos e 2,2 milhões de participantes. Atualmente, mais de 600 IES utilizam os resultados do Enem em seus processos seletivos, de forma complementar ou em substituição ao vestibular. Por sua vez, o FIES, que constitui linha de financiamento para estudantes do setor privado, contava com 487 mil contratos ativos em 2009. Assim, estima-se que mais de um quinto dos estudantes matriculados em IES privadas sejam beneficiários de financiamentos do Fies e/ou de bolsas do ProUni. Ademais, além do benefício direto proporcionado aos estudantes, estes dois programas governamentais constituem modalidades de financiamento indireto das IES privadas, sem as quais o equilíbrio contábil de boa parte destas instituições poderia estar comprometido (Brasil, 2000).

Outro ponto a ser discutido é sobre o caminho do dinheiro público destinado à educação, deve ser direcionado exclusivamente às escolas públicas ou deve também ser dirigido às privadas – primárias, secundárias ou superiores? Esse embate se arrasta no campo educacional há décadas, sempre vencendo – e mais uma vez, agora com o ProUni – a visão de que dinheiro público também pode ser aplicado nas entidades privadas, sob as mais diferentes formas (isenções fiscais, bolsas de estudo, crédito educativo), apesar das

constantes e históricas dificuldades estruturais e orçamentárias das instituições públicas brasileiras de todos os níveis (Brandão, 2005, p. 78).

O bem da verdade é que instituições privadas sem tiveram (e têm) interesse no capital público; no caso do Prouni, o Estado dá o peixe carimbado, sem ensinar a pescar¹¹, matando dois coelhos com uma cajadada só¹², ou seja, propicia o curso superior em instituições de ensino superior privadas a alunos de baixa renda, por meio de financiamento público, em detrimento da valorização e aumento de vagas nas universidades públicas, e atende a demanda da sociedade por política pública de acesso à educação superior e dos estabelecimentos de ensino, assolados pela quantidade de vagas ociosas. Dessa forma, buscar-sea hegemonia no âmbito do Estado na intenção de direcionar as políticas de educação que garantam a expansão sob o novo formato dominante dos conglomerados de ensino e, portanto, redirecionem os processos de regulação e avaliação para que a permitam (Vale, 2012, p. 2).

Nessa perspectiva, o Programa parece tentar aliar cidadania e privatização. Acaba fortalecendo ainda mais as IES privadas – pois expande o segmento por meio do aumento do número de matrículas (ao invés de fazê-lo prioritariamente no setor público, conforme determinava o PNE) – e alimenta a mercantilização da educação superior (Catani & Gilioli, 2005, p. 65).

¹¹ No Brasil, é muito utilizada a expressão popular “não dê o peixe, ensine a pescar”, no sentido de que não se pode somente dar o benefício, mas propiciar condições para que cada indivíduo alcance por méritos próprios .

¹² Outra expressão popular comum no Brasil é “matar dois coelhos com uma cajadada só”, para dizer que com uma só ação, se resolve dois problemas.

Considerações finais

As políticas públicas educacionais estão voltadas, prioritariamente, para atendimento dos alunos da educação básica, mas pudera, os resultados dessas são de longo prazo, o investimento em uma criança só retorna à sociedade na fase adulta; diferentemente do que ocorre com o investimento na educação superior, cujo reflexo da ação é de curto prazo, cerca de quatro ou cinco anos. Desse modo, para fins estratégicos políticos, programas direcionados para o ensino superior são rentáveis ideologicamente e impactantes sociologicamente.

Nesse sentido, o Programa Universidade para Todos surge visando democratizar o acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior, minimizando o déficit estatal para com a essa parcela sociedade, no tocante a políticas de acesso ao nível superior, bem como fortalecer as instituições de ensino superior privadas assoladas com o quantitativo ocioso de vagas, em atendimento a orientações de organismos internacionais, mesmo em detrimento da valorização e fortalecimento das universidades públicas.

Assim, embora o atendimento do programa tenha atingido a marca de um milhão de beneficiários, ainda está longe de abarcar a demanda de estudantes oriunda do ensino médio, o qual merece atenção especial por parte do Estado, assim como toda educação básica, para melhor preparar e capacitar seus alunos que ingressarão em faculdades e universidades de todo o país e, por conseguinte, no mercado de trabalho

Não se pretende com esse discurso dizer que o Prouni é ou não é uma política pública eficiente e eficaz, mas problematizar a forma como tal política afirmativa de acesso ao ensino superior está sendo conduzida: o dinheiro público deve mesmo ser destinado para sanar os problemas de vagas ociosas das entidades de ensino superior, apesar da não garantia de melhoria de qualidade no ensino; ou a verba da sociedade deve ser aplicada em instituições de ensino superior públicas, que valorizam e primam pelo o ensino, a pesquisa e a extensão, ou, ainda, deve haver investimentos em ambas esferas (público e privado) em prol da expansão do ensino superior acompanhado do aumento da qualidade dos cursos oferecidos?

Referências bibliográficas

Arelaro, Lisete R. G. (2005). *Educação básica no século XXI: tendências e perspectivas*. Piracicaba, SP: Impulso, 35-53.

Bonetti, L. W. (1998). Estado e exclusão social hoje. In: ZARTH, P. A (org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. Universidade Regional de Ijuí (UNIJUÍ).

Brandão, Carlos da Fonseca.(2005). *Política Educacional para a Educação Superior Brasileira na Última Década*. Piracicaba, SP: Impulso, 69-80.

Brasil, (200). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, 1. Brasília.

_____. (2008). Ministério da Educação. *Programa Universidade para Todos*. Recuperado em 20 de agosto, 2012 de <http://siteprouni.mec.gov.br>.

Bresser Pereira, L.C.B.; Spink, P.(1998). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 15-20.

Catani, Afrânio Mendes; Gilioli, Renato de Sousa Porto.(2005). *O Prouni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização*. Brasília: Linhas críticas, 11(20), 55-68.

Cardoso, F.H. *Reforma do Estado*. In: Bresser Pereira, L.C.B. & Spink, P. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 15-20.

Carvalho, Cristina Helena Almeida de.(2006). *Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado*. 26ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG. Recuperado em 20 de maio, 2012, de: www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2337--Int.pdf.

Corbucci, P.R.(2002). *Avanços, limites e desafios das Políticas do MEC para a Educação Superior na Década de 1990: Ensino de Graduação. Texto para Discussão nº 869*, IPEA, Brasília. Recuperado 22 de junho, 2012, de www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0869.pdf.

Filice, Renísica Cristina Garcia.(2011). *Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. Coedição Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (coleção Políticas Públicas de Educação). Org. Célio da Cunha, José Vieira de Sousa e Maria Abádia da Silva.

Lopes, Alice Casimiro & López, Silvia Braña.(2010). *A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM*. Belo Horizonte: Educação em Revista, 26(01),.89-110.

Sampaio, Helena.(2000). *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. Cad. Pesqui. [versão eletrônica]. 111, 213-213.

Vale, Andréa Araújo do.(2012). *(Re)Formatando o consenso: as instituições privadas de educação superior preparam novo avanço sobre fundo público*. Seminário Antonio Gramsci: Filosofia e Política. Niterói. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação – NuFiPE, UFF. Recuperado em 22 de junho, 2012, de www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Andrea_Araujo_do_Vale.pdf.